

Faz-se público que por despacho ministerial de 12 do corrente mês, foi concedida à firma Sousa, Salgado & C.ª, proprietária da patente de introdução de nova indústria n.º 46, para o tratamento completo metalúrgico do cobre, e produção de chapas, barras, varões e fios do mesmo metal e de latão, prorrogação por mais um ano, contado de 11 de Novembro do ano findo, do prazo para montar a indústria de que é concessionária, com a seguinte restrição que so acrescentará à condição 6.ª do alvará de concessão: «A concessionária não poderá igualmente opor-se a que as empresas que actualmente trabalham as pirites como matéria prima utilizem nos resíduos da sua fabricação o cobre, fazendo o tratamento metalúrgico desses sub-produtos».

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 13 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, E. Madeira Pinto.

Repartição do Ensino Industrial e Comercial

1.ª Secção

Para conhecimento de todas as repartições, tribunais e autoridades a quem pertencer e das partes interessadas se comunica que, nas datas abaixo indicadas, se efectuarão os seguintes despachos:

Em 16 de Dezembro de 1911:

Licença de noventa dias ao professor, António Rodrigues da Silva, da Escola Industrial Bernardo Machado, da Figueira da Foz, devendo pagar os respectivos emolumentos.

Em 10 de Janeiro de 1912:

António Maria Quintão, professor efectivo da Escola Industrial Machado de Castro, de Lisboa — nomeado por portaria da data acima para exercer interinamente as funções de secretário da mesma Escola, vago pela exoneração concedida ao professor José da Costa Robalo. José Francisco de Almeida Guimarães — nomeado por portaria da data acima para o lugar de guarda-fiel da Escola Industrial Francisco de Holanda, de Guimarães, vago pelo falamento do Gaspar Tomás Peixoto.

(As duas portarias tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11 de Janeiro de 1912).

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 15 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, E. Madeira Pinto.

Direcção Geral de Agricultura

Repartição dos Serviços Agronómicos

Achando-se vago um dos lugares de escriturário do Laboratório Geral de Análises Químico-fiscais, a quo se refere a alínea b) do n.º 1.º do artigo 74.º da parte 3.º do decreto pe 24 de Dezembro de 1901, pela exoneração concedida a Francisco João Celestino Sotto Maior, por despacho de 18 de Agosto de 1911;

E, atendendo à resolução tomada pela Assembleia Nacional Constituinte sobre a urgência de serem colocados em empregos do Estado os indivíduos constantes da relação publicada no *Diário do Governo* n.º 227, de 28 de Setembro último:

Manda o Governo da República Portuguesa que seja nomeado Armando da Cruz Azevedo para desempenhar o referido lugar de escriturário do Laboratório Geral de Análises Químico-fiscais, mediante o vencimento de réis 360.000 anuais, inscrito no capítulo 3.º do artigo 33.º da tabela orçamental vigente.

Paços do Governo da República, em 6 de Janeiro de 1912.—O Ministro do Fomento, José Estevedo de Vasconcelos.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 9 de Janeiro de 1912).

Repartição dos Serviços Florestais e Aquicolas

Por despacho ministerial de 11 do corrente:

Concedida a demissão ao guarda florestal de 3.ª classe, Joaquim Lourenço, em serviço na mata do Cabeção.

Direcção Geral da Agricultura, em 15 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, Joaquim Rasteiro.

Junta de Crédito Agrícola

Balanço da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Responsabilidade Solidária e Ilimitada com sede em Bombarral, em 31 de Dezembro de 1911

ACTIVO

| | |
|---|------------|
| Associados — sobre dívida por cotas | 12.850 |
| Caixa | 8.5105 |
| Consignação de rendimentos | 3.045.000 |
| Despesas gerais | 65.075 |
| Móveis e utensílios | 2.5200 |
| | <hr/> |
| | 3.133.5230 |

PASSIVO

| | |
|-------------------------------------|------------|
| Cotas e jóias cobradas | 47.050 |
| Depósitos a prazo | 5.000 |
| Junta de Crédito Agrícola | 3.005.000 |
| Lucros e perdas | 37.555 |
| Sindicato Agrícola | 38.555 |
| | <hr/> |
| | 3.133.5230 |

Os Directores = João Coelho Monteiro = Tomás da Conceição Rosado.

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta de Crédito Agrícola, em 13 de Janeiro de 1912.—O Secretário, Júlio Torres.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Por decreto de 6 do corrente:

Luis Cândido da Rocha Quirino Chaves, encarregado de estação — provido no lugar de segundo aspirante do quadro telegrafo-postal, por antiguidade, nos termos da alínea b) do artigo 29.º do decreto orgânico, com força de lei, de 24 de Maio de 1911, na vaga resultante por falecimento de Aníbal Marques. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11 de Janeiro de 1912).

Por despacho da mesma data:

José Augusto Doutel — nomeado para o lugar de encarregado da estação telefono-postal de Vilarandelo, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, com o vencimento anual de 48.000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 11 de Janeiro de 1912).

Por despachos de 9 do corrente, também com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11:

Maria de Jesus Borges e Maria Correia de Melo Osório Sarmento — nomeadas ajudantes jornaleiras, respectivamente, das estações telegrafo-postais de Mirandela e Arcos de Valdevez.

Por despacho de 12:

Frederico Augusto Cristiano de Freitas Henriques, segundo aspirante da estação de Santa Cruz das Flores — transferido, por conveniência do serviço, para a estação telegrafo-postal da Horta.

António Inácio de Figueiredo Trinta e João Abílio Correia de Assunção, segundos aspirantes com exercício, respectivamente, na estação e na secretaria do distrito de Viseu — transferidos, reciprocamente, a seu pedido.

Por despachos de 15:

Determinando que sejam elevados a 480.000 réis anuais os vencimentos dos segundos aspirantes do quadro telegrafo-postal Álvaro de Oliveira Trindade Mendes, Eduardo Augusto de Campos e Ramiro Maperis Esteves, nos termos do decreto orgânico, com força de lei, de 24 de Maio de 1911, e a contar de 15 de Janeiro do corrente ano, data em que completaram cinco anos de efectivo serviço.

Luis Cândido da Rocha Quirino Chaves, segundo aspirante do quadro telegrafo-postal — colocado na estação telegráfica central de Lisboa.

Hortense Ferreira e Judit de Figueiredo Lucas, ajudantes-jornaleiras com exercício, respectivamente, nas estações de Calhariz e Alcântara — transferidas reciprocamente por conveniência do serviço.

2.ª Divisão

Em 2 de Janeiro corrente:

António Joaquim Rodrigues Alves, distribuidor rural do concelho de Chaves — provido no lugar de distribuidor de 2.ª classe da estação de Vila do Conde, do mesmo concelho. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 9 de Janeiro de 1912).

Em portarias de 5, com o visto do Concelho Superior da Administração Financeira do Estado, de 9 do mesmo mês:

Henrique dos Santos Rocha, carteiro de 2.ª classe do Porto — promovido a carteiro de 1.ª classe da mesma cidade, na vaga de José Alves, falecido em 31 de Dezembro último.

António Valentim Cardoso, carteiro supranumerário da cidade do Porto — provido no lugar de carteiro de 2.ª classe da mesma cidade, na vaga resultante pela promoção do antecedente.

Em despacho de 6:

Guilhermina Lúcia de Oliveira — nomeada encarregada da estação postal em Torcena, freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras, com a retribuição anual de 24.000 réis, equivalente à que percebia a anterior encarregada.

Emilia Amparo Costa Pereira — exonerada. (Visto do Concelho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12 de Janeiro de 1912).

Em despachos de 8, com o visto do Concelho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12 do mesmo mês:

António Fernandes — nomeado servente para servir nas ambulâncias postais, com sede no Porto, na vaga de Mário Ferreira do Vale, exonerado.

Artur Pereira de Araújo — nomeado distribuidor rural do 4.º giro do concelho de Marco de Canavezes, na vaga de Carlos Ambrósio de Magalhães, provido a distribuidor de 2.ª classe.

Alfredo Rodrigues, distribuidor supranumerário do concelho da Guarda — provido a distribuidor de 2.ª classe para Aguiar da Boira.

Joaquim Alves Pardal — exonerado do lugar de distribuidor de 2.ª classe de Sobral de Formosa, concelho de Proença-a-Nova, e reconduzido ao seu anterior lugar de distribuidor supranumerário do referido concelho.

Em 9:

Augusto dos Santos Pimentel — nomeado encarregado da estação postal em Montalvão, concelho de Nisa, com a retribuição anual de 12.000 réis, que percebia o anterior, Leandro Pinto Frausto, exonerado. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12 de Janeiro de 1912).

Em portarias de 10, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12 do mesmo mês:

Augusto Maria da Gama Franco, carteiro de 2.ª classe de Lisboa — promovido a carteiro de 1.ª classe da mesma cidade, na vaga de César Luis Lopes, falecido em 31 de Dezembro último.

Adelino Duarte, carteiro supranumerário de Lisboa — provido no lugar de carteiro de 2.ª classe da mesma cidade, na vaga resultante pela promoção do antecedente.

Em despachos de 10, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 do corrente:

Arnaldo Correia Pinto, distribuidor supranumerário de Lages do Pico — provido no lugar de distribuidor de 2.ª classe da mesma localidade, na vaga de Manuel Mamede Brum da Rosa, demitido.

António do Espírito Santo Júnior, idem de Arraiolos — provido a distribuidor de 2.ª classe para a estação de Mourão, na vaga resultante pelo aumento de lugares criados pelo artigo 219.º do decreto, com força de lei, de 24 de Maio de 1911.

João Lopes Soares — nomeado distribuidor de 2.ª classe da estação sede do concelho de Satam, na vaga resultante pelo aumento de lugares criados pelo artigo 219.º do decreto com força de lei de 24 de maio de 1911.

Em 11:

José Agostinho Berardo, distribuidor supranumerário do concelho de Coimbra — provido a distribuidor rural do 9.º giro do mesmo concelho, na vaga de Joaquim Soares Cadete, exonerado. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 de Janeiro de 1912).

Em despacho de 13:

José Profírio Alves — exonerado, pelo pedir, do lugar de encarregado de posto de correio de Lisboa.

Em 15:

João Crisóstomo da Silva Espírito Santo, primeiro aspirante da Estação Central do Correio de Lisboa — transferido, por conveniência do serviço, para a 5.ª Divisão (1.ª Divisão), desta Administração Geral.

Em 16:

José da Fonseca — nomeado distribuidor supranumerário de Leiria.

Roberto Luis Barrote — idem de Óbidos.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 6 de Janeiro de 1912.—O Administrador Geral, António Maria da Silva.

2.ª Direcção

1.ª Divisão

Tendo sido vistoriadas pela fiscalização técnica do Governo as linhas de tracção eléctrica da Companhia Carris de Ferro do Porto abaixo indicadas e julgadas em condições de serem exploradas: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em previsão da informação da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, que seja autorizada a Companhia Carris de Ferro do Porto a explorar as seguintes linhas:

Circulação da Trindade, troço correspondente entre as Ruas de S. Carlos e Conceição, Duqueza de Bragança desde a Rua Fernandes Tomás até a Rua da Rainha, pelo Largo Marquês de Rombal, sendo alimentadas provisoriamente pela estação central da Arrábida.

S. Roque da Lameira à estrada da circunvalação para ser alimentada pela sub-estação de transformação de Contumil (S. Roque da Lameira).

Paços do Governo da República, em 16 de Janeiro de 1912.—O Ministro do Fomento, José Estevedo de Vasconcelos.

Tendo sido vistoriada pela fiscalização técnica do Governo a sub-estação de transformação da Companhia Carris de Ferro do Porto, denominada de Contumil, S. Roque da Lameira, e julgada em condições de ser explorada, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em presença do parecer da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, que seja autorizada a Companhia Carris de Ferro do Porto a explorar a mesma sub-estação com a energia fornecida provisoriamente pela Sociedade Energia Eléctrica do Porto para a alimentação das linhas já vistoriadas e aprovadas pelo Governo, compreendidas na zona que lhe está distribuída polo projecto geral, aprovado por despacho ministerial de 21 de Setembro de 1909, cessando, portanto, as autorizações dadas pelo Governo para a alimentação provisória daquelas linhas pela estação central da Arrábida e devendo a mesma Companhia cumprir, nesta sub-estação, o disposto no artigo 22.º do regulamento para o serviço de tracção eléctrica, de 12 de Março de 1903.

Paços do Governo da República, em 16 de Janeiro de 1912.—O Ministro do Fomento, José Estevedo de Vasconcelos.